

Filozofski fakultet Sveučilišta u Zagrebu

Odsjek za romanistiku

Katedra za portugalski jezik i književnost

**A análise comparativa das primeiras gramáticas e das gramáticas contemporâneas da língua portuguesa com o enfoque no infinitivo flexionado**

**Usporedna analiza prvih i suvremenih gramatika portugalskoga jezika, s naglaskom na fleksijski infinitiv**

Diplomski rad

Mentor: mr. sc. Želimir Brala

Studentica: Doris Baričić

Zagreb, srpanj 2018.

## Índice

Introdução .....	1
História da língua portuguesa.....	2
As origens da gramática.....	6
Infinitivo flexionado.....	9
O Renascimento e as primeiras gramáticas .....	12
<i>Grammatica da lingoagem portuguesa</i> de Fernão de Oliveira .....	13
<i>Grammatica da Lingua Portuguesa</i> de João de Barros .....	18
Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia).....	23
Gramática Secundária da Língua Portuguesa .....	25
Nova Gramática do Português Contemporâneo .....	28
Gramática do português .....	32
A gramática portuguesa no italiano e no francês .....	36
A gramática portuguesa no inglês e no espanhol .....	38
Conclusão .....	40
Bibliografia .....	41

## Introdução

O português é uma língua românica que teve origem no galego-português falado no Reino de Galiza e no norte de Portugal atual. Com os descobrimentos e a difusão da língua portuguesa iniciados no século XV, o português atingiu muitas partes do mundo, entres os quais são o Brasil, África, Malaca, as ilhas de Sonda, as ilhas Molucas, a China, o Japão e outras. Atualmente, o português é quinta língua mais falada no mundo.

Para podermos falar sobre uma língua, devemos prestar atenção à gramática, já que precisamente no seu âmbito começa o estudo duma língua. As duas gramáticas portuguesas mais antigas foram publicadas em 1536 e 1540. No ano de 1536 foi impressa a primeira gramática da língua portuguesa, da autoria de Fernão de Oliveira, a *Grammatica da lingoagem portuguesa*. A segunda gramática, publicada originalmente em 1540, foi a *Gramatica da lingua portuguesa*, da pena do pedagogo português João de Barros. No decorrer do tempo foram escritas centenas de gramáticas, mas neste trabalho deter-nos-emos nas gramáticas do século XX, o *Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)* de José Joaquim Nunes, a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* de M. Said Ali, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, escrita por Celso Cunha e Luís F. Lindley Cintra e publicada pela primeira vez em 1984 e a *Gramática do português*, escrita em dois volumes por Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura e Amália Mendes.

Nesta tese faremos uma comparação das primeiras gramáticas da língua portuguesa e das gramáticas contemporâneas, com o enfoque no infinitivo flexionado. O nosso objeto de interesse neste estudo será o infinitivo flexionado como um fenómeno peculiar da língua portuguesa, em comparação com as outras línguas românicas. Ademais, mostraremos a apresentação desta especificidade portuguesa nas outras línguas, francês, espanhol, italiano e inglês.

## História da língua portuguesa

A base da futura língua portuguesa começa a desenvolver-se no passado remoto, precisamente no ano 218 a.C., o ano que marcou o desembarque dos romanos na Península. Nos anos seguintes, os romanos conquistaram o território e todos os povos da Península, salvo os bascos, aceitaram o latim. No início a Península foi dividida nas províncias Hispânia Citerior, que marcava a região nordeste, e Hispânia Ulterior, o seja, a região sudoeste. No ano 27 a.C., a Hispânia Ulterior foi partilhada em duas províncias, a Lusitânia e a Bética. Mais tarde, Gallaecia, parte da Lusitânia situada ao norte do Douro, foi agregada à província tarraconense, à antiga Hispânia Citerior. Assim sendo, a romanização avançou mais rápido no Sul do que no Norte e o latim representou o principal elemento linguístico para a futura evolução da língua portuguesa. Entretanto, os *gallaeci*, que residiam na área mais setentrional, conservaram por mais tempo elementos da sua própria cultura do que os outros povos.<sup>1</sup>

Em 409, invasores germânicos, primeiro alanos, suevos e vândalos, seguidos pelos visigodos, chegaram ao sul dos Pireneus e começaram com a sua conquista dos territórios romanos. Os alanos desapareceram, os vândalos avançaram para a África do Norte, mas os suevos permaneceram e opuseram resistência aos visigodos que queriam possuir toda a Península. Em 585, o território dos suevos foi conquistado pelos visigodos. À vista disso, a influência desses conquistadores teve o maior impacto na língua e na cultura. Porém, a dominação dos visigodos não perdurou por muito tempo, já que em 711 as primeiras tropas mouras invadiram a Península Ibérica. Até ao ano 715 a maior parte da Península foi conquistada. Os invasores, denominados pelos povos ibéricos “mouros”, tinham a sua religião, o islão, e a sua língua, o árabe. No fim, a sua invasão deixou uma marca na cultura e língua da Península Ibérica, o território que designavam em língua árabe Al-Andalus.<sup>2</sup>

Os mouros governaram aproximadamente cinco séculos no atual território português e oito séculos no território do atual Reino de Espanha, mas no século XI os cristãos iniciaram uma ofensa contra os invasores árabes. Primeiro foi reconquistada Coimbra em 1064, Santarém e Lisboa em 1147, Évora em 1165 e Faro em 1249. Com

---

<sup>1</sup> TEYSSIER, P. (1980) História da Língua Portuguesa. p. 7.

<sup>2</sup> *Ibid.*

a reconquista de Faro, o território de Portugal estava completo. A Reconquista do resto da Península Ibérica foi levada a cabo apenas em 1492 quando a Rainha Dona Isabel de Castela e o Rei Dom Fernando II de Aragão, chamados os Reis Católicos, conquistaram o reino de Granada.<sup>3</sup> A invasão moura e a Reconquista foram acontecimentos significativos para a formação das línguas galego-portuguesa, castelhana e catalana. O galego-português foi formado no oeste, o castelhano no centro e o catalão no leste da Península. Pela Reconquista as três línguas foram levadas para o Sul. Como os mouros não atingiram todas as partes da Península, a sua influência linguística e cultural não foi forte nas regiões setentrionais e no território ao norte do Douro, noutras palavras, no território que hoje se refere à Galiza e ao norte de Portugal. Exatamente nessa região ao norte do Douro, nos séculos IX a XII formou-se o galego-português. Os primeiros textos escritos na língua galego-portuguesa apareceram no século XIII. Ao lado dessa língua que saiu dos falares ibéricos ocidentais, surgiram dos falares do centro da Península as línguas leonesa e castelhana.<sup>4</sup>

Depois da Reconquista, os territórios reconquistados dos mouros estavam deixados despovoados, por essa razão os soberanos cristãos restabeleciam habitantes nestas partes da Península e, como entre os novos habitantes estavam os povos do Norte, causaram divulgação do galego-português na parte central e meridional do território português.<sup>5</sup> Posteriormente, a língua galego-portuguesa iria separar-se em duas línguas, o galego e o português.

No século XIII, quando sobrevieram os primeiros textos escritos em galego-português, o reino de Portugal já existia, dado que no século anterior Afonso I, ou Afonso Henriques, filho do conde Henrique de Borgonha, tornou-se independente do seu primo Afonso VII, rei de Castela e de Leão. Esse acontecimento ocorreu em 1139, depois de uma vitória na batalha de Ourique contra os “mouros”, quando Afonso Henriques se tinha feito reconhecer como rei. Nessa época o galego-português surgiu como a língua da poesia lírica e foi preservado principalmente em três cancioneiros: *Cancioneiro da Ajuda*, *Cancioneiro da Vaticana* e *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Neles revelaram-se três categorias de poesias que são *cantigas d'amigo*,

---

<sup>3</sup> *Ibid.*, p.8.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p.13.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p.8.

*cantigas d'amor e cantigas d'escarnho e de mal dizer*. As primeiras são poemas de amor, às vezes com traços de fala da mulher, as segundas são poemas eruditos nos quais é o homem quem fala e as terceiras são poemas satíricos, frequentemente grosseiros.<sup>6</sup> Às compilações já mencionadas, também podemos adicionar as *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X, rei de Castela e de Leão a partir de 1252 até à sua morte em 1284, que foram escritas numa língua que teve por base os falares da Galícia e do Norte de Portugal. Esse cancionero sobre os prodígios da Virgem Santíssima, testemunha bem dos estados arcaicos da língua. Nessa época os autores são galegos e portugueses, também alguns são leoneses e castelhanos. “O galego-português, em suma, aparece nessa época como a língua exclusiva da poesia lírica, e quem quer que a quisesse praticar deveria, obrigatoriamente, adotá-la”.<sup>7</sup>

Não existiam apenas os textos da poesia lírica. Apareceram os documentos escritos em “língua vulgar”. Os textos mais antigos desse género são o *Testamento de Afonso II*, escrito em português em Coimbra e datado de 27 de junho de 1214 e a *Notícia de Torto*,<sup>8</sup> um manuscrito em pergaminho escrito entre 1212 e 1214 (possivelmente em 1214).<sup>9</sup> O *Testamento de Afonso II* foi escrito porque o rei Afonso II receava duma morte prematura e com este documento queria garantir a tranquilidade e a paz da sua família e do reino. Queria que a sucessão do reino seguisse pela via varonil, ou, se isto não for possível, pela filha mais velha. Também tomou providências sobre o governo do reino e afirmou que confiava ao Papa a proteção do reino e do herdeiro e ao cumprimento do testamento. O rei mandou fazer e distribuir treze cópias desse testamento, mas só duas foram conservadas e têm sido objeto de diferentes estudos, a enviada ao arcebispo de Braga e a enviada ao arcebispo de Toledo.<sup>10</sup>

A *Notícia de Torto* é um rascunho de notário e não um documento escrito na sua forma definitiva. Esse texto foi exarado num retângulo de pergaminho de forma irregular, contem uma série de buracos e imperfeições na superfície da pele que, talvez, existiam antes da escrita.<sup>11</sup> O texto anota as queixas de Lourenço Fernandes da Cunha, importante fidalgo minhoto, contra os filhos de outro nobre, seu vizinho e

---

<sup>6</sup> *Ibid.*, p.21.

<sup>7</sup> *Ibid.*

<sup>8</sup> CASTRO, I. (1991) Curso de História da Língua Portuguesa. p. 192.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 228.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 192.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 224.

familiar, Gonçalo Ramires. Os filhos de Gonçalo Ramires deviam repartir com Lourenço Fernandes a herança deixada pelo seu pai, mas eles se recusaram a fazê-lo e causaram-lhe uma série de “tortos”, noutras palavras, ofensas e mafeitorias que são expostas nesse documento. A Notícia ficou a ser conhecida pelas três primeiras palavras do texto; “De noticia de torto que fecerū [...]”.<sup>12</sup>

No século XIV, o português já foi separado do galego por uma fronteira política. Nessa época o rei de Portugal residia em Lisboa, mas o rei e a corte mudavam com frequência, já que a sua área de domínio foi limitada por Coimbra ao norte e por Évora ao sul. Desse modo, a região entre Lisboa e Coimbra tornou-se no centro da dominação da língua portuguesa e desde aí iria formar-se o português moderno e a sua norma.<sup>13</sup>

Os descobrimentos e a difusão da língua portuguesa começaram no século XV com a descoberta dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Os portugueses começaram a buscar novas rotas marítimas para comercializar os produtos e foram conquistando novos territórios ao longo da costa da África. Em 1488, Bartolomeu Dias conseguiu dobrar o Cabo da Boa Esperança e abriu assim o caminho marítimo à Índia. Depois dele, Vasco de Gama chegou à Índia em 1498. Em 1500, Pedro Álvares Cabral viajou para o oeste e descobriu o Brasil. Posteriormente, os portugueses atingiram Malaca, as ilhas de Sonda, as ilhas Molucas, a China e o Japão. Hoje em dia, os territórios conquistados são independentes, mas a presença da língua portuguesa ainda sobrevive nesses países e regiões.<sup>14</sup>

Depois de fazer uma breve representação da história da língua portuguesa, no próximo capítulo prosseguiremos com uma breve história das gramáticas. Começaremos com as gramáticas da Antiguidade, o seja, as gramáticas gregas e chegaremos até às primeiras gramáticas portuguesas.

---

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 225.

<sup>13</sup> TEYSSIER, P. (1980) História da Língua Portuguesa. p. 31.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 32.

## As origens da gramática

Segundo a observação no *Fonética e fonologia do português*, escrita por Maria Helena Mira Mateus, Isabel Falé e Maria João Freitas em 2005, “o funcionamento de qualquer língua do mundo implica a existência de uma gramática, ou seja, de uma relação interactiva entre os elementos linguísticos organizados em sistemas”.<sup>15</sup> Ainda, o termo da gramática seria explicado como “um sistema completo de relações estruturais entre os elementos de uma língua”.<sup>16</sup>

Ao falar sobre as gramáticas, primeiro devemos prestar atenção à sua história. Como ponto inicial da história da gramática poderíamos tomar a antiga Grécia, mas é importante mencionar que antes dos primeiros textos linguísticos gregos houve uma gramática escrita em e sobre o sânscrito pelo Pānini nomeada Oito Livros (*Astādhyayi*).<sup>17</sup> Como essa gramática não influenciou muito a gramatologia europeia e os autores gregos tiveram mérito no avanço da historiografia linguística europeia, a antiga Grécia representa o começo da história da gramática. Os primeiros a escrever os textos sobre as questões linguísticas e os responsáveis por uma relativa autonomização da gramática no contexto da filosofia foram os estoicos, pertencentes a escola de filosofia helenística fundada por Zenão de Cítio no início do século III a.C.<sup>18</sup> No fim do século II a.C. apareceu Dionísio da Trácia e permaneceu conhecido pela gramática *Téchné grammatiké* que demonstra uma suma dos séculos de reflexões sobre perguntas que obtiveram um status próprio: a *arte da gramática*.<sup>19</sup> A sua gramática “não se poderá considerar um tratado gramatical exaustivo, mas antes um simples manual feito de compilações e denotando pouca criatividade”.<sup>20</sup> Além desse inovador da gramática, é imprescindível mencionar Apolónio Díscolo que marcou o século II d.C. e exerceu enorme influência sobre os gramáticos posteriores, como por exemplo, o romano Prisciano. A gramática de Apolónio Díscolo pode ver-se como um simples manual escolar, mas a sua obra *Sintaxis* serve como uma obra de

---

<sup>15</sup> MIRA MATEUS, M. H., FALÉ, I., FREITAS, M. J. (2005) *Fonética e fonologia do português*. p. 15.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>17</sup> VIDEIRA LOPES, M. C. (2015) *A Cons-Ciência da Linguagem*. p. 10.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>20</sup> *Ibid.*



referência para muitos gramáticos “pela sua extensão, pela profundidade das análises, pela proliferação de exemplos, pela lógica argumentativa”.<sup>21</sup>

O objetivo principal dos primeiros gramáticos gregos era ensinar a técnica para poder ler e interpretar os textos poéticos e autores clássicos, como por exemplo, Homero. Durante o seu desenvolvimento, a gramática obteve outra importância, não foi usada como um meio para a interpretação, mas como recurso para a aprendizagem e a descrição das línguas.<sup>22</sup> Os romanos achavam importante preservar a sua língua e difundi-la, por isso apareceram muitas escolas e muitos professores de gramática. Aumentou o interesse pelas questões linguísticas, etimologia e origem dos vocábulos. Mostravam-se atentos a essas perguntas, estudando e analisando-as, Júlio César, Cícero, Varrão, Quintiliano e Lucrécio.<sup>23</sup> Os seus estudos deixaram de lado a gramática, visto que estavam empenhados mais nas questões de linguagem. A obra latina mais elaborada, enquanto a gramática, foi a *Institutiones Grammaticae* de Prisciano que foi considerado como exemplo da gramática durante a toda Idade Média.<sup>24</sup>

No século IV d.C. Aelius Donatus escreveu dois textos gramaticais, *De Partibus Orationis Ars Minor* e *Ars Grammatica* nos quais sintetizou o que era necessário conhecer sobre voz, sílaba, letra, pontuação, partes da oração e erros gramaticais, como solecismos. Sobre esses textos “poderíamos dizer que eles constituem o paradigma gramatical escolástico por excelência que vigorou nas escolas medievais”.<sup>25</sup> Do período medieval tardio, que não foi muito produtivo em gramática, podemos nomear o francês Alexandre de Villedieu, autor do *Doctrinale*, texto escrito em verso para simplificar a memorização e usado como o manual para os estudantes de gramática latina.<sup>26</sup>

No período renascentista, surgiu a importância das línguas vernáculas e foram escritas várias gramáticas, como as gramáticas de português, espanhol, francês ou italiano. No ano 1492, em Espanha, foi publicada a *Gramática de la Lengua Castellana*, da autoria de António de Nebrija. Em Portugal, em 1536, Fernão de

---

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>22</sup> OTONI RIBEIRO, P. R. (2017) *Tradição e Poder: A Gramática Da Língua Portuguesa*, de João de Barros (1540). p. 23.

<sup>23</sup> VEIDEIRA LOPES, M. C. (2015) *A Cons-Ciência da Linguagem*. p. 20.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 22.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 23.

Oliveira, foi o primeiro a descrever e analisar a língua portuguesa na sua *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Analisaremos um pouco melhor essa obra mais adiante, no capítulo que é dedicado à explicação da sua importância para o idioma português. Antes de tudo, no capítulo seguinte veremos uma breve explicação do infinitivo flexionado, um fenómeno específico para o português entre as línguas românicas. Faremos uma breve apresentação desse fenómeno, porque ao decorrer do trabalho e observando as diferentes gramáticas, veremos vários esclarecimentos de uso desse fenómeno.

## Infinitivo flexionado

O infinitivo flexionado é um fenómeno específico da língua portuguesa, em comparação com as demais línguas românicas. Encontra-se também em napolitano, mas só em documentos do século XV.<sup>27</sup> É tão peculiar que já a sua designação provoca o desacordo entre os gramáticos. Observa-se a possível diferença entre o infinitivo pessoal e flexionado, visto que “conceitualmente, PESSOAL não consiste, exatamente, em FLEXIONADO, porquanto, embora PESSOAL, ou seja, com sujeito próprio, o infinitivo pode ou não ser FLEXIONADO. Concluimos disso duas originalidades: ser PESSOAL e ser FLEXIONADO”.<sup>28</sup> De tão excepcional que é esse marco português, por a razão da sua rareza, provoca os problemas na tradução e não pode ser transmitido literalmente em outros idiomas, já que nos mesmos não existe. Apesar da estreita ligação com o castelhano, essa língua não o aceitou e não logrou provocar o seu desuso em português. Nem mesmo o francês e outras línguas com as quais a língua portuguesa foi relacionada não conseguiram influenciar tanto para expulsar o seu emprego desta língua.<sup>29</sup>

Não é certo o momento em que apareceu e como foi formado o infinitivo flexionado. O primeiro em considerar o infinitivo flexionado como o fenómeno da língua portuguesa foi talvez o Frederico Diez, filólogo alemão que é considerado fundador da filologia românica graças à publicação da sua *Grammatik der Romanischen Sprachen*. Há de facto especulações sobre a origem do infinitivo flexionado na antiguidade, noutras palavras, que se ia desenvolvendo com a própria língua desde o início. Contudo, é indubitável que nos séculos XV e XVI os poetas e escritores aplicavam-no em seus trabalhos, alguns usando-o igualmente em espanhol, posto que escreviam as suas obras numa mistura de espanhol e português, como se o castelhano entendesse parecido fenómeno. Além do período exato da sua origem, a sua forma desperta muitas polémicas. Alguns linguistas julgam que é semelhante a conjugação de futuro do conjuntivo nos verbos regulares, outros afirmam que provém do imperfeito do conjuntivo latino e uns opinam que foi herdado do dialeto portugalense que se falava no Condado Portugalense, localizado no atual território do norte de Portugal. É

---

<sup>27</sup> ALI, M.S. (2008) Dificuldades da língua portuguesa. p. 61.

<sup>28</sup> CARVALHO, C. (1984) Infinitivo flexionado. p. 67.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 68.

possível que na realidade se trate de um descuido linguístico e que com o passar do tempo foi transformado numa norma gramatical.<sup>30</sup>

Com a controvérsia da origem e da formulação do infinitivo flexionado, não acaba completamente a sua problemática. Referindo-se a sua função sintática, alguns estudiosos determinam-no como substantivo, ainda que possa ser definido que o infinitivo impessoal é um mero substantivo, enquanto o infinitivo pessoal teria funcionamento verbal. Mas em algumas frases é possível considerá-lo como um verbo auxiliar. Também são interessantes outras peculiaridades de infinitivo, como que é o único verbo que nas expressões verbais pode ser regido por preposição, pode equivaler a um gerúndio em locução com o auxiliar quando é regido por a preposição *a*, pode ter o valor do imperativo ou poder ser acompanhado por pronome reflexivo sem preposição.<sup>31</sup> Quanto ao tempo do infinitivo, não é certo se é possível precisá-lo, mas pode conceber-se que “no infinitivo o aspecto temporal apenas transparece”.<sup>32</sup>

Além do mais, o infinitivo causa confusões com o seu emprego na sintaxe. Com a sua função verbal pode atuar como predicado. É possível que obtenha a posição do sujeito, complemento ou de outro termo nominal. Pode construir orações substantivas ou adverbiais, mas não adverbiais comparativas, proporcionais e conformativas. Na sintaxe de concordância mostra as irregularidades.

Maior irregularidade é, sendo PESSOAL, estabelecer concordância com o sujeito, numa individualização perfeita, com desinência concordante: ou preferir conservar-se neutro, invariável sem registro em si, de desinência concordante.

A concordância se torna mais complexa nas “expressões verbais” com unidade declarativa, representando semanticamente um único significado, sendo assim, atribuído a ele o mesmo sujeito. Ex: Começamos *a comprovar* o exposto. Ou com independência de sujeito. Ex: Senti *vacilarem* alguns gramáticos.<sup>33</sup>

Apesar de todas as irregularidades e confusões que o infinitivo flexionado gera, é evidente que possui grande mérito no campo de estilística, tendo como exemplo, com a sua aplicação numa frase exclamativa ou imperativa, acentua-se o valor emocional da frase. É um complemento para a identificação com o agente, serve para

---

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 69.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 70.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 71.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 71. - 72.

a narração, funciona como gerúndio, até representa decoração e enfatiza gosto emocional ou estético da frase. A estilística é talvez o único ponto em que todos são de acordo que o infinitivo tem a maior importância. Com o emprego e as regras do uso aparecem outras questões, visto que os gramáticos as dividem em várias formas, mas algumas regras são presentes na maioria das gramáticas. Mais adiante, analisaremos detalhadamente as regras nas gramáticas escolhidas como o objeto deste trabalho.

É notável que o infinitivo flexionado, apesar de ser um fenômeno específico do português, causa muitas perguntas para os gramáticos que ainda não concordam sobre o seu emprego. É uma peculiaridade complexa da língua portuguesa e especialmente é difícil a sua análise ou a explicação nas outras línguas, posto que uma forma semelhante não faz parte de outros idiomas. No entanto, a gramática portuguesa foi elaborada nas outras línguas, como espanhol, francês, inglês e italiano, e dentro dela foi explicado o infinitivo flexionado. Mencionaremos as esclarecimentos nessas línguas, mas primeiro observaremos duas primeiras gramáticas da língua portuguesa e as suas características.

## O Renascimento e as primeiras gramáticas

Para podermos refletir sobre as primeiras gramáticas portuguesas, devemos apresentar brevemente as circunstâncias da época em que foram publicadas, da época do Renascimento.

O homem encontrava-se no centro do universo e mostrava-se o interesse para a ciência e a arte. Além disso, nesse período ocorreu a expansão da Europa para os vários continentes. Descobriram-se novas culturas, novos povos e novas línguas, por conseguinte, o homem europeu começou empenhar-se em investigação linguística para fixar melhor as suas línguas. O resultado foi a codificação das línguas vernaculares em comparação com as clássicas e as recém-descobertas. Considerava-se que o povo que melhor tivesse codificado a sua língua, teria mais vantagem sobre os outros povos, por isso, os Gramáticos quinhentistas pretendiam regular e sistematizar o uso das línguas vernáculas.

Em relação às línguas românicas, no ano 1492, em Espanha, surgiu já mencionada *Gramática de la Lengua Castellana* de António de Nebrija. No ano 1495, seguiu a publicação das *Regole della lingua fiorentina*, uma gramática italiana de autoria anónima, segundo alguns investigadores, segundo outros atribuída a Lourenço de Médicis. Em 1525, foi escrita a *Prose della volgar lingua* pelo cardeal Pietro Bembo, a gramática na qual o autor propôs a fala de Florença como língua comum de toda a Itália.<sup>34</sup> Em França, nessa época, não havia gramáticas da autoria nacional, mas o primeiro a descrever as regras gramaticais do francês foi um estrangeiro, Jean Palsgrave, na sua obra *L'éclaircissement de la langue française*, publicada em 1530. Seis anos depois foi dada à publicação a *Grammatica da lingoagem portuguesa* da pena de Fernão de Oliveira, a primeira das quatro gramáticas portuguesas quinhentistas. As outras três são a *Gramática da língua portuguesa* (1540) de João de Barros, as *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa* (1574) de Pêro de Magalhães de Gândavo e a *Ortografia e origem da língua portuguesa* (1576) de Duarte Nunes de Leão.<sup>35</sup> Neste trabalho faremos breves observações das duas primeiras.

---

<sup>34</sup> MORAIS, C. (2009) Fernando Oliveira: Um Humanista Genial. p. 118.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 123.

## *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira

Muitos acontecimentos coincidiram no ano 1536, como as mortes das duas mais importantes personagens relacionadas com a língua literária de época pré-clássica, quer dizer, Gil Vicente, o primeiro grande dramaturgo português, e Garcia de Resende, poeta, cronista, músico, desenhista e arquiteto português. Igualmente, esse ano foi o último ano letivo da Universidade de Lisboa (1536-1537) que no ano seguinte foi instalada definitivamente em Coimbra. Esses eventos alteraram as estruturas da cultura portuguesa. Não tiveram resultados instantâneos sobre o uso da língua, mas esta estava em transição. Todo o período chamado português médio ou pré-clássico representa uma transição da língua medieval para uma língua estável e clássica.<sup>36</sup> A grande parte dessa mudança linguística representam as primeiras gramáticas, porque foram as primeiras obras que usavam o português para a análise da língua portuguesa.

A *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira foi dada à estampa pela primeira vez em Lisboa a 27 de janeiro de 1536 pelo impressor Germão Galharde. Germão Galharde ou German Gaillard foi um tipógrafo francês que mudou a Lisboa em 1519 e desde então imprimiu em Coimbra e em Lisboa. Da obra *Grammatica da lingoagem portuguesa* existe um exemplar que foi comprado pela Biblioteca Nacional em 1867. Podemos dizer que a impressão dessa gramática marcou a inauguração do português clássico e uma nova fase na história da língua portuguesa. Precisamente com esta obra, que o autor dedicou ao D. Fernando de Almada, de cujo filho, D. Antão, foi mestre de primeiras letras, começou a normalização do português.

A Gramática de Oliveira é, efectivamente, um conjunto de curiosas e judiciosas reflexões, de tipo ensaístico; em suma, uma miscelânea linguística e cultural embora não, propriamente, uma Gramática, no sentido técnico de estudo sistemático das categorias gramaticais, segundo o esquema tradicional transmitido pelos gramáticos latinos, o que, de facto, só será feito, cerca de quatro anos mais tarde por João de Barros. O que de modo algum significa um demérito para a obra de Fernão de Oliveira: ela apresenta-se como ele lhe chama, de facto, como uma e primeira anotação. Desarrumada mas sempre

---

<sup>36</sup> CASTRO, I. (1991) Curso de História da Língua Portuguesa. p. 243.

pertinente e até brilhante nos problemas que levanta e nas soluções críticas que sugere ou preconiza.<sup>37</sup>

A *Grammatica da lingoagem portuguesa* compreende a quádrupla divisão de António de Nebrija, obtida já dos gregos; ortografia e fonética, prosódia, etimologia, e sintaxe.<sup>38</sup> Essa obra contém cinquenta breves capítulos, os quais na realidade são mais precisamente os parágrafos. Vinte e quatro capítulos são dedicados à fonética e à ortografia, treze à lexicologia, seis à morfologia e um capítulo é dedicado à sintaxe. Como não explicaremos todos os capítulos da gramática de Oliveira, neste capítulo pretendemos mostrar e ressaltar as vogais apresentadas por Oliveira, posto que a sua análise nesta área é de grande relevância. Depois, destacaremos um capítulo dedicado aos verbos e à existência ou à ausência da explicação do infinitivo flexionado.

Para algumas das suas ideias e teses, Fernão de Oliveira cita Cícero, Varrão, Quintiliano e Nebrija, mas isto não desvaloriza a sua originalidade, posto que ele não imita estes autores como um simples copista.<sup>39</sup> Alguns autores afirmam que na sua gramática Oliveira se apresenta como um mau etimologista e que as suas ideias sobre a história da língua sejam ingénuas ou erradas. Apesar disso, a sua maior contribuição foi na área da fonética. Com as suas observações minuciosamente descreveu sistematicamente os sons portugueses. Identificou as unidades fónicas da língua portuguesa conforme a tradição e a terminologia da sua época, como *letras*.<sup>40</sup> Ele usa *littera* para as unidades fónicas e para a sua representação gráfica, mas diferencia a representação gráfica (*figura, sinal*) e a unidade fónica equivalente (*pronunção, força, virtude*).

As figuras destas letras chamam os gregos caracteres; e os latinos notas. E nós lhe podemos chamar sinaes. Os quaes hão de ser tantos como as pronunções a que os latinos chamam elementos; e nós as podemos interpretar fundamentos das vozes e escritura.<sup>41</sup>

Para as vogais descreve separadamente *a figura e a pronunção*, que algumas vezes chama *vóz*.

---

<sup>37</sup> CARVALHÃO BUESCU, M. L. (1988) A primeira anotação da língua portuguesa. p. 62.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, F. (2000) Gramática da lingoagem portuguesa. p. 21.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 34.

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 89.



No capítulo VI Oliveira estabelece diferença entre as consoantes e as vogais. Segundo ele, "as vogaes têm em si voz; e as consoantes não, senão junto com as vogaes. Como *a*, que é vogal: e *b*, que é consoante e não tem voz, ao menos tão perfeita como a vogal".<sup>42</sup> Divide as vogais em grandes e pequenas, o seja, em fonemas abertos e fechados. Especifica que existem oito vogais orais, mas que o português dispõe só de cinco figuras para estes vogais. Propõe novas figuras, tais como  $\alpha$  para o 'a pequeno',  $\epsilon$  para o 'e grande' e  $\omega$  para o 'o grande' e para estas figuras descreve a sua pronúnciação.<sup>43</sup>

Além disso, Oliveira é o primeiro a considerar as vogais nasais como tais na România. Reconhece as vogais nasais como unidades vocálicas simples e explica que o *til* que se usa para tais vogais é um sinal de nasalização e não um elemento de construção da palavra.<sup>44</sup> Enfim, nomeia quase todos os ditongos orais e nasais da língua portuguesa, veremos exatamente quais na seguinte citação, e menciona que, nos últimos, *til*, quer dizer a nasalidade, é pronunciado em ambas as letras vocálicas.

Os ditongos que eu achei antre nos portugueses são estes: **ae**, como *tomae*; **ãe**, como *pães*; **ao**, como *pao*; **ão**, como *pão*; **ãy**, como *mãy*; **ei**, como *tomei*; **eo**, como *ceo*; **eo**, como *Deos*; **eu**, como *meu*; **io**, como *fugio*; **oe**, como *soe*; **oi**, como *caracois*; **õe**, como *põe*; **oi**, como *boi*; **ou**, como *dou*; **ui**, como *fui*.<sup>45</sup>

O capítulo XLVII Fernão de Oliveira dedicou aos verbos, mas já no início exprime que não quer propor uma definição das classes de palavras. "Havendo de falar da analogia dos verbos, não dizemos que cousa é verbo nem quantos generos de verbos temos, porque não é desta parte a tal acupação".<sup>46</sup> Uma anotação similar pode observar-se no capítulo XLIII, onde o ponto da análise são os artigos. "Não dizemos aind'agora neste lugar nem livro que cousa é artigo, nem tão-pouco mostramos qual officio tem, porque aqui não falamos senão das formas ou figuras das vozes ou dições".<sup>47</sup> Segundo esses comentários podemos notar que na sua gramática Oliveira considera necessário identificar e descrever as figuras e formas que exprimem as categorias gramaticais e não as definir. Bem como afirma no fim do capítulo XLVIII, dedicado à conjugação, nessa obra não faz mais que anotar os

---

<sup>42</sup> *Ibid.*

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 91.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 101.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 105.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 150.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 140.

princípios da gramática da língua portuguesa. Não entra em detalhes, já que planejava compor outra parte na qual iria explicar os elementos da gramática de forma mais minuciosa. Conseqüentemente, nos capítulos sobre os verbos é muito curto com a sua explicação e não menciona o infinitivo flexionado, o nosso objeto de interesse. No capítulo XLVII faz uma breve elaboração sobre os verbos em geral. Explica que os verbos variam em conjugações, modos, tempos, números e pessoas. Não mostra inteiras formações e desvios das suas formas, mas sim o que há nelas. Afirma que a maioria dos verbos tem uma voz acabada em **o** pequeno, como no exemplo de *amo*, e há poucos que são diferentes, como *sei*, *vou*, *estou*, *sou*. A pronúncia desses verbos pode ser em *om*, como *som*, em *ou*, como *sou*, em *aõ*, como *são*, em **o** pequeno, como *so*.<sup>48</sup> Expressa apenas algumas marcas da primeira pessoa do presente do indicativo, porque julga este tempo e o infinitivo o princípio da conjugação. Adiciona que o infinitivo termina em *ar*, como *amar*, em *er*, como *fazer* ou em *ir*, como *dormir*. Observa que em alguns verbos aparecem exceções, como *pôr* e a sua forma *ponho*, e que não são iguais todas as conjugações.<sup>49</sup>

Continua aclarando a conjugação no seguinte capítulo, o capítulo XLVIII, que é dedicado a este tema. Para a conjugação Fernão Oliveira oferece uma definição, nos futuros trabalhos pretende explicá-la de maneira mais precisa, na qual a explana como “ajuntamento de diversas vozes que segundo boa ordem se ordenam seguindo-se hūas trás outras em os verbos”.<sup>50</sup> A primeira observação que faz em respeito a conjugação são os verbos em *ar*, *er* e *ir* e as formas de segundas pessoas de presente de indicativo destes verbos. Como exemplo toma os verbos *falar* e as suas formas *falo*, *falas*; para os verbos em *er*, o exemplo de *fazer* e *faço*, *fazes*, e para os verbos com o infinitivo em *ir* são *dormir*, *durmo* e *ouvir*, *ouço*. Explica que menciona essa diferença entre as conjugações, porque é mais certa e melhor conhecida na sua época. Mais adiante, no exemplo do verbo *fazer* observa que cada uma das conjugações tem os seus modos, como *falamos*, *falemos*, *falae* e *falar*, cada modo tem os seus tempos, como *falo*, *falava*, *falei* e *falarei*, cada tempo tem os seus números e cada número tem as suas pessoas, como *falo*, *falas*, *fala*, *falamos*, *falae*, *falam*.<sup>51</sup> Ademais, anota que os verbos têm gerúndios, como *sendo* e *amando*,

---

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 150.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 151.

<sup>50</sup> *Ibid.*

<sup>51</sup> *Ibid.*

particípios, por exemplo *lido* e *amado*, e nomes verbais, como *regedor* e *lição*. Os verbos podem ter algumas faltas, assim alguns não têm todos os modos ou todos os tempos, precisamente por isso não existem as regras que congregam todos os verbos, senão a maioria.<sup>52</sup> Fazendo essas curtas observações, Fernão Oliveira acaba com a parte sobre os verbos e continua com a construção e composição que as palavras têm entre si.

Neste capítulo expusemos alguns dos exemplos utilizados na gramática de Oliveira, como notamos que não apontou a existência do infinitivo flexionado. No capítulo seguinte observaremos a segunda gramática da língua portuguesa e veremos se a mesma era mais elaborada ou não em comparação com a gramática de Oliveira.

---

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 152.

## *Grammatica da Lingua Portuguesa* de João de Barros

Quatro anos depois da publicação da primeira gramática portuguesa, em 1540, foi publicada a *Grammatica da Lingua Portuguesa*, da autoria de João de Barros. Apesar de ser filho ilegítimo do fidalgo Lopo de Barros, antes da sua morte o pai proporcionou-lhe a educação no palácio real, confiando-o a D. João de Meneses, mordomo-mor do rei D. Manuel.<sup>53</sup> Graças a essa formação cultural, desenvolveu os interesses em diversas áreas e tornou-se num ilustre autor da sua época. Era interessado pela história, o que vemos na sua obra *Chronica do Emperador Clarimundo*, expansão ultramarina, sobre o que escreve em *Decadas da Asia*, cosmologia, e a referente obra *Esfera da Estructura das Cousas*, religião, destacada em *Diálogo Evangélico sobre os Artigos da Fé*, e estudo da língua, mostrado em *Grammatica da Lingua Portuguesa*, *Cartinha para Aprender a Ler*, *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* e *Diálogo da Viciosa Vergonha*.<sup>54</sup> As últimas quatro formam um conjunto pedagógico-didático de aprendizagem da língua portuguesa.

João de Barros, tal como Fernão de Oliveira, faz uma apologia do português e no *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, que aparece ao final da *Grammatica da Lingua Portuguesa*, salienta alguns traços de excelência da língua portuguesa, que a diferenciam dos outros idiomas, “como sejam: a riqueza vocabular, a conformidade com a língua latina, gravidade e magestade ou uma sonoridade agradável”.<sup>55</sup> Trata-se de uma conversa entre um pai e um filho. Na conversa o papel do pai é marcado pelo parêntese com a letra (P) e o de filho por (F). Pelas indicações no diálogo, é possível deduzir que conversam o próprio João de Barros e o seu filho Antônio. Na época da publicação dessa obra foi atual a expansão territorial de Portugal, então, esse discurso é uma representação de louvor da língua portuguesa frente às outras línguas e suas nações. Outro rasgo importante dessa conversa é marco pedagógico vinculado com a defesa de ensino de português como a língua materna.<sup>56</sup> No início da obra aparece a *Cartinha*, na qual explica o objetivo de “os minimos fáçilmente aprenderẽ aler: cõ toda adiuerfidáde de fyllabas que a natureza de nóſa linguágẽ

---

<sup>53</sup> CARVALHÃO BUESCU, M. L. (1978) Gramáticos portugueses do século. p. 54.

<sup>54</sup> VEIDEIRA LOPES, M. C. (2015) A Cons-Ciência da Linguagem. p. 40.

<sup>55</sup> *Ibid.*

<sup>56</sup> OTONI RIBEIRO, P. R. (2017) Tradição e Poder: A *Gramática Da Língua Portuguesa*, de João de Barros (1540). p. 29. - 30.

padeçe”.<sup>57</sup> Porém, não se detém só na aprendizagem de ler. Na definição da gramática afirma que a sua finalidade é ensinar uma correta maneira de falar e escrever, mostrando deste jeito o propósito pedagógico-didático da gramática.<sup>58</sup>

No início da gramática de João de Barros evidencia-se a importância da tradição gramatical greco-latina, que influenciou na composição desta gramática. Ao longo de sua obra, o autor refere-se aos grandes nomes gregos e romanos, como Sócrates, Platão, Aristóteles, Alexandre, César, Aníbal, Pompeu, Pirro, Quintiliano, Heitor, Virgílio, Homero, Prisciano, Ovídio, Prometeu, Heródoto, Petrarca, Horácio, Túlio e Lívio. Imitando a divisão dos romanos, a gramática é formada por quatro partes, ortografia, que trata de letra, prosódia, aborda o tema de sílaba, etimologia, trata de dicção e sintaxe, que explica a construção. Já com essa classificação se observa o intento de acercar a estrutura gramatical do português ao latim. Além da influência do latim, é notável a importância da nomenclatura e definições tomadas dos gregos e hebreus.<sup>59</sup> No início, o autor nomeia nove partes das quais é composta a língua portuguesa, “Artigo, que é próprio dos Grægos e Hebreus, Nome, Pronome, Verbo, Aduerbio, Partição, Cõiunçam, Prepoziçam, Interieçam, que tem os latinos”.<sup>60</sup> A obra é estruturada nos capítulos marcados por seguintes títulos, *A Cartinha, Definição da gramática e as partes dela, Definição das letras e número delas, Da sílaba e seus accidentes, Da dição, Do nome, Do pronome, Do verbo, Do advérbio, Da preposição, Da interjeição, Da construção, Das figuras, Da ortografia, Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Pela organização dos capítulos, essa obra é muito parecida à primeira gramática grega de Dionísio da Trácia. A principal diferença é na função de gramática que mudou com o curso histórico. A gramática de Dionísio da Trácia foi usada essencialmente para a aprendizagem da leitura, e a gramática de Barros tem como finalidade tanto a aprendizagem da leitura, como da fala e escrita.<sup>61</sup>

João de Barros exibe um curioso modo de conceber a língua portuguesa. Observa-a como um jogo de xadrez no qual todas as categorias gramaticais têm o seu papel. Considera o nome e o verbo como os poderosos reis em torno dos quais é

---

<sup>57</sup> BARROS, J. (1496) Grammatica da Lingua Portuguesa. p. 1.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>59</sup> OTONI RIBEIRO, P. R. (2017) Tradição e Poder: *A Gramática Da Língua Portuguesa*, de João de Barros (1540). p. 27.

<sup>60</sup> BARROS, J. (1496) Grammatica da Lingua Portuguesa. p. 2.

<sup>61</sup> OTONI RIBEIRO, P. R. (2017) Tradição e Poder: *A Gramática Da Língua Portuguesa*, de João de Barros (1540). p. 26.

organizado o jogo. A dama pertencente ao nome é o pronome e ao verbo é o advérbio. Sob o domínio do nome estaria também o artigo e ao lado do verbo estaria a conjunção. Junto com participio, interjeição e preposição, essas categorias representam uma pionagem arranjada à volta do nome e do verbo.<sup>62</sup>

E como pera o iogo de enxedrez fe requerẽ dous reyes, hũ de hũa cor e outro de outra, e que cada hũ delles tenha fuas peças póstas em cáfas próprias e ordenádas, com leyes do que cada hũa deue fazer (segundo o officio que lhe foy dádo:) affy totalas linguágẽes tem dous reis, diferentes em gẽnero, e concordes ã officio: a hũ chamã. Nome, e ao outro, Verbo. Cada hũ destes reyes tẽ fua dama, à do nome chamam Pronome, & à do uerbo, Auerbio. Participio, Artigo, Coniunçam, Interieçã, fam peças e capitães prinçipães que de baixo de fua iurdiçam tẽ muita pionágem de dições, com que comũmẽte lęruem aeltes dous poderófos reyes, Nome, & Verbo.<sup>63</sup>

No capítulo dedicado ao verbo, segue comparando-o ao rei. Adiciona que o verbo e o nome, primeiros elementos da língua, com o seu alto cargo e a sua superioridade, governam todas as linguagens existentes na terra e que não existe uma república governada pelo tanto amor e paz, como o que é presente entre estes dois.<sup>64</sup> Oferece uma definição do verbo, “ẽ hũa uóz ou palaura que demóstra obrár algũa coufa: o quál nam fe declina como o nome e prónimo per cafos, mas coniugafe per módos e tempos”.<sup>65</sup> Apoiase na gramática latina para a divisão dos verbos em *sustantivos*, nos quais inclui somente o verbo ser, e *aietivos*, todos os demais verbos. Parte também os verbos em pessoais e impessoais. Os pessoais são os verbos que têm números e pessoas e é possível distingui-los por gênero, espécie, figura, tempo, modo, pessoa, número e conjugação. Diferentemente dos romanos, que têm cinco gêneros dos verbos, ativos, passivos, neutros, comuns e depoentes, os portugueses têm dois gêneros, ativos e neutros. Os verbos ativos são os que podem ser convertidos em modo passivo e cuja ação passa em outra coisa, enquanto os verbos neutros são opostos, quer dizer, não são transformáveis de forma ativa em passiva e sua ação não pode passar de uma em outra, por exemplo *venho, vou, estou*.<sup>66</sup> Tratando a impessoalidade do verbo, o autor outra vez usa o latim como ponto de comparação e observa que esses verbos não têm primeira nem segunda pessoa, senão são conjugados pela terceira pessoa do singular, e são diferenciados pela voz

---

<sup>62</sup> VIDEIRA LOPES, M. C. (2015) A Cons-Ciência da Linguagem. p. 49.

<sup>63</sup> BARROS, J. (1496) Grammatica da Lingua Portuguesa. p. 2.

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>66</sup> *Ibid.*

ativa ou passiva. Quanto a espécie, afirma que são duas, a primitiva, para que oferece como exemplo o verbo *amo*, e a derivativa, com o exemplo referente *desamo*. Mais detalhadamente, os derivados são separados em *aumentativos*, *diminutivos*, *denominativos*, *adverbiais*.<sup>67</sup> Adiante, em poucas palavras explica as figuras do verbo, simples e compostas. As figuras simples seriam as que não se compõem por partes significativas, por exemplo *conheço*, e as compostas pertenceriam às palavras compostas por duas partes, *desconheço*.<sup>68</sup>

É notável que a gramática de João de Barros, quanto aos verbos, é muito mais elaborada que a de Fernão de Oliveira. Mesmo assim, com as especificidades do verbo acima concebidas não terminamos a análise da gramática de Barros, mas agora procederemos com a parte na que o autor aclara os tempos e os modos do verbo. Baseando-se outra vez nos romanos, Barros separa os tempos portugueses em cinco; *presente*, *passado por acabar*, *passado acabado*, *passado mais que acabado* e *vindouro* ou *futuro* e oferece os exemplos respetivos a cada tempo. Igualmente a divisão em cinco é presente nos modos do verbo dos quais, seguindo ordem e termos dos romanos, o primeiro é chamado *indicativo* ou *demonstrador*, o segundo *imperativo* ou *mandador*, o terceiro *outativo* ou *desejador*, o quarto *sujuntivo* ou *ajuntador* e o último *infinitivo* ou *nem acabado*.<sup>69</sup> Continua com as conjugações dos verbos dos quais, contrariamente aos romanos que têm quatro, existem três na língua portuguesa. As conjugações são diferenciadas principalmente pelo modo infinitivo. A primeira conjugação no infinitivo acaba em *-ar*, a segunda em *-er* e a terceira em *-ir*. Dessa maneira, o infinitivo é o modo do qual é possível tomar e fazer as regras para os demais modos e tempos. Mesmo, os meninos ao início do ensino de português, primeiramente aprendem o infinitivo e dele desenvolvem outros conhecimentos sobre os verbos. A ideia de usar o infinitivo para formação dos outros modos, o autor esclarece com o exemplo dos bárbaros que chegaram no atual território de Portugal e começaram a formação verbal com o infinitivo.<sup>70</sup>

Fizemos uma breve apresentação da segunda gramática de língua portuguesa e é evidente que não mencionamos o infinitivo flexionado. A razão para isso é a ausência desse fenómeno na gramática tratada. Em comparação com Fernão de

---

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>69</sup> *Ibid.*

<sup>70</sup> *Ibid.*, p. 27.

Oliveira, João de Barros desenvolve mais a explicação dos elementos gramaticais, entre eles e os verbos, e percebe a importância do infinitivo, mas não entra nos detalhes do emprego de infinitivo flexionado, nem sequer o nomeia.

No capítulo seguinte faremos um salto de quatro séculos e entramos no século XX, precisamente no ano 1919 quando foi publicado o *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Veremos que nesse século é elaborado o fenómeno que analisamos, mas isso não significa que esse período foi o primeiro em explicá-lo. Como foi mencionado antes, não é conhecido o momento exato e o primeiro documento no qual foi considerada essa particularidade portuguesa, o infinitivo flexionado.



## Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)

Do século XX não apresentaremos todas as gramáticas portuguesas que foram publicadas, mas somente algumas que conseguimos para efeitos do nosso trabalho. Uma delas é o *Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)* de José Joaquim Nunes, publicada pela primeira vez em 1919.

José Joaquim Nunes foi um sacerdote, professor catedrático, diretor da Faculdade de Letras de Lisboa e autor dos artigos, edições em volumes, estudos avulsos de etimologia, compêndios de gramática histórica e antologias.<sup>71</sup> Da sua obra *Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)* existem várias edições dos quais usamos a quarta edição para mostrar o estudo do infinitivo flexionado. No prefácio da primeira edição o autor explica que não incluí a sintaxe, porque tinha planeado fazer um estudo específico para esta parte da gramática, mas na quarta edição da obra continua a não ser adicionada. Nesse compêndio trata em primeiro lugar a origem e a evolução do português, a fonética ou o estudo dos sons e a sua evolução através do tempo, e a morfologia ou estudo das formas. A parte da morfologia separa em nome, pronomes, verbo, palavras invariáveis e formação de palavras.

Manter-nos-emos no capítulo dedicado ao verbo que contém uma parte sobre o infinitivo e formas nominais do mesmo. Esse segmento é dividido em infinitivo pessoal, gerúndio, particípio de presente e particípio do futuro. Não é explicado detalhadamente o infinitivo pessoal, mas o autor menciona que além do português, o galego e o mirandês<sup>72</sup> contêm uma forma flexiva do infinitivo, que é denominada infinitivo pessoal. Esse autor é um dos que afirmam que o infinitivo flexionado tem a origem em imperfeito do conjuntivo, “mas pronunciado, na primeira e segunda pessoa do plural, com retracção do acento para a sílaba precedente, em virtude da analogia”.<sup>73</sup> Também aponta que esse fenómeno era presente nas mais antigas obras.

---

<sup>71</sup> José Joaquim Nunes. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/jjnunes.html>.

<sup>72</sup> Idioma que apresenta traços em comum com o ásture-leonês, com estatuto de segunda língua oficial em Portugal desde setembro de 1998

<sup>73</sup> NUNES, J. J. (1951) *Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)*. p. 301.

Com essas breves observações, o autor reconhece a importância do infinitivo flexionado, pretende explicar a sua origem, emprego e desinências, mas não oferece exemplos para apoiar a sua curta análise. Para não deter-nos somente nos autores europeus, no capítulo seguinte apresentaremos a gramática de um professor brasileiro que apontou e explicou a importância e o uso do infinitivo flexionado.

## Gramática Secundária da Língua Portuguesa

O infinitivo flexionado é utilizado com maior frequência no português europeu do que no português do Brasil. A razão disso é a ausência do tratamento *tu* no Brasil e da flexão equivalente a esta pessoa no infinitivo pessoal. No Brasil prevalece o tratamento *você*, formado com o verbo na terceira pessoa do singular que não tem desinência como a segunda pessoa do singular, pelo qual o infinitivo pessoal pode ser substituído por infinitivo impessoal.<sup>74</sup> Porém, alguns gramáticos brasileiros explicam a existência desse fenómeno e um deles foi Manuel Said Ali Ida cuja *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* analisaremos neste capítulo.

M. Said Ali foi professor do alemão, francês, inglês e geografia. Interessavam-lhe a linguística, a literatura, o ensino e as ciências naturais. Escreveu muitas obras que podem ser divididas em adaptações de manuais para ensino de línguas estrangeiras e trabalhos sobre ensino, obras de linguística geral, versificação, sintaxe e estudos prévios em edições.<sup>75</sup> Nas suas obras de linguística é incluída a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. Oferece uma definição da gramática. “Gramática é o conjunto das regras, observadas em um ou mais idiomas, relativas aos sons ou fonemas, às formas dos vocábulos e à combinação destes em proposições”.<sup>76</sup> Divide a gramática em fonética ou fonologia, lexeologia e sintaxe. A fonética representa o estudo dos sons, a lexeologia é o estudo dos vocábulos e a sintaxe é o estudo das orações e das palavras que as compõem. Na sintaxe inclui o emprego do infinitivo pessoal ou flexionado e o infinitivo impessoal ou sem flexão, como ele os designa.

Manifesta alguns empregos principais para cada uma das formas, a forma impessoal e pessoal. O infinitivo sem flexão é usado sempre quando o verbo indica a ação em geral, como se fosse um nome abstrato, ou quando não indica a pessoa. Outro uso é nas linguagens compostas e perifrásticas, com a flexão apenas permitida quando o infinitivo é distanciados do seu auxiliar de tão maneira que o sentido da frase se torna incompreensível se esse auxiliar não for apontado de novo. O infinitivo flexionado é empregado sempre quando o infinitivo é seguido por um nominativo sujeito, nome ou pronome, quando é preciso salientar o agente e atribuir a ação

---

<sup>74</sup> CUNHA, C., LINDLEY CINTRA, L. F. (2005) Nova Gramática do Português Contemporâneo. p. 486.

<sup>75</sup> Manuel Said Ali Ida. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/saidali.html>.

<sup>76</sup> ALI., M. S. (1964) Gramática Secundária da Língua Portuguesa. p. 15.

particularmente a um sujeito, quer para evitar ambiguidade, quer para aclarar o pensamento e quando autor de propósito realça a pessoa a que o verbo se refere.<sup>77</sup>

Não se detém somente nas regras gerais para o emprego do infinitivo pessoal e impessoal, mas prossegue com as regras especiais. Mencionaremos algumas, dado que as explica de forma bastante detalhada e exemplifica cada uma com várias frases e porque o mesmo autor informa que deve consultar-se a sua *Sintaxe do Português Histórico*, que é incluída na *Gramática Histórica*, para poder obter mais exemplos e esclarecimentos.<sup>78</sup> Aparece a forma do infinitivo sem flexão quando o infinitivo é aliado com um verbo que, salvo noções de pessoa, número e modo, indica começo, duração, repetição, continuação, terminação da ação ou desejo, esforço, vontade, necessidade, tentação, possibilidade, ou atividade para levar a cabo um intento, ou resultado.<sup>79</sup> Se no caso com os verbos como *poder, querer, dever, começar* e outros, o infinitivo dependente deles se afastar tão que o sentido permaneça confuso, é possível dar ao infinitivo a forma pessoal. Às vezes o infinitivo pessoal realiza-se só por vontade de pôr em relevo o sujeito. Emprega-se a forma flexionada na estrutura *ao + infinitivo* como equivalência à oração temporal explícita começada pela conjunção *quando*. Usando o infinitivo flexionado nas frases interrogativas e exclamativas aponta-se que se quer realçar o ato em específica relação com o sujeito. No entanto, há exclamações nas quais o infinitivo deixa de coincidir com o sujeito expressado e preserva-se sem flexão. *Ensinar a* normalmente vai com infinitivo impessoal quando se quer indicar o fato que se ensina alguém a praticar, mas se o infinitivo que acompanha a estrutura *ensinar a*, vem junto com termos explicativos de certa extensão, é aconselhável considerar o uso da forma com flexão. Mantém-se impessoal o infinitivo, com o sentido passivo e a forma ativa, com as locuções *fácil de, difícil de, bom de, mau de, duro de, estar a, estar por*, entre outros. Destaca-se um exemplo do emprego na linguagem comum. Com *obrigar a, forçar a, constranger a* é utilizado o infinitivo impessoal. Ainda assim, quando se quer destacar a vítima da opressão, usa-se o infinitivo pessoal.<sup>80</sup> O autor conclui que “a escolha da forma infinitiva depende de cogitarmos somente da ação ou do intuito ou necessidade de pormos em evidência o agente do verbo. É este

---

<sup>77</sup> *Ibid.*, p. 175. - 176.

<sup>78</sup> *Ibid.*, p. 179.

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 176.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 177. - 180.

o critério adotado na prática por todos os escritores português desde os mais remotos até à data de hoje.”<sup>81</sup>

Apresentamos só algumas das observações do autor M. Said Ali, mas bastam para mostrar que desenvolveu detalhadamente essa parte de sintaxe, ainda que ofereceu mais exemplos e explicações na sua obra *Gramática Histórica*, que infelizmente não tivemos a possibilidade de localizar para este trabalho.

---

<sup>81</sup> *Ibid.*, p. 180.

## Nova Gramática do Português Contemporâneo

Uma das mais conceituadas gramáticas da língua portuguesa, chamada *Nova Gramática do Português Contemporâneo* foi publicada pela primeira vez em Lisboa em 1984. Os autores desta gramática são Celso Ferreira da Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra. Celso Cunha foi professor, gramático, filólogo e ensaísta brasileiro. Seu colaborador nesta obra, Luís F. Lindley Cintra, foi um dos mais importantes filólogos e linguistas portugueses. Antes da publicação dessa gramática, em 1975 foi publicada a *Gramática do português contemporâneo* da autoria do Celso Cunha. Foi escrita para os alunos da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde o autor era o professor regular, e para os que queriam conhecer um maior domínio dos usos e das características do idioma português atuais nessa época. A *Nova Gramática do Português Contemporâneo* descreve o português contemporâneo que tem em conta as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico, que é resultado da expansão de português para o sul, como parte da Reconquista e das descobertas portuguesas. As normas maiormente concebidas dentro dessa gramática são as admitidas como padrão em Portugal e no Brasil. Está dividida em vinte e dois capítulos que abrangem os temas como conceitos gerais, domínio atual da língua portuguesa, fonética e fonologia, ortografia, classe, estrutura e formação de palavras, derivação e composição, substantivo, artigo, adjetivo, pronomes, numerais, verbo, advérbio, preposição, conjunção, figuras de sintaxe, tipos de discurso, pontuação e outros.

As duas gramáticas coincidem em algumas partes, como era de se esperar, já que um autor participou na escrita de ambos os livros e posto que não passaram muitos anos entre as duas publicações, apenas nove anos. Já o início desses livros é igual. Os dois começam com a explicação dos conceitos gerais, linguagem, língua, discurso e estilo, e continuam com a diversidade geográfica da língua, dialeto e falar. Observaremos mais detalhadamente os capítulos dessas duas gramáticas dedicados aos verbos, precisamente ao infinitivo flexionado, e o nível da coincidência nesta parte.

Em ambas as gramáticas, as formas nominais do verbo são divididas em o infinitivo, o gerúndio e o particípio. Manter-nos-emos no infinitivo do que é oferecida uma análise mais curta na gramática de Cunha do que na sua gramática comum com

Cintra. Na *Gramática do português contemporâneo*, o autor afirma que o infinitivo é equivalente a um substantivo e que pode ser impessoal ou pessoal. O infinitivo é definido como impessoal quando não tem sujeito, i.e., quando não é referente a uma pessoa gramatical.<sup>82</sup> A mesma definição é oferecida na gramática comum dos dois autores. A diferença observa-se nos exemplos, ainda que foram escolhidas as frases dos famosos autores portugueses e brasileiros, não foram citados os mesmos autores. Em contrapartida, o infinitivo é pessoal quando tem um sujeito próprio ou quando faz referência a uma pessoa gramatical. Na gramática de Cunha, foram usados os exemplos do Machado de Assis e Ribeiro Couto, e na outra gramática descobrimos as frases dos vários autores, como Emílio Moura, Fernando Pessoa, Vergílio Ferreira, Graciliano Ramos, entre outros.

Cunha na sua gramática adiciona que do infinitivo impessoal são formados dois futuros simples do indicativo, o infinitivo pessoal, o gerúndio e o particípio. Refere-se ao futuro do presente que é formado do infinitivo impessoal e as desinências *-ei, -ás, -á, -emos, -eis, -ão* e ao futuro do pretérito que é construído com as terminações *-ia, -ias, -ia, -íamos, -íeis, -iam*.<sup>83</sup> Além disso, o infinitivo pessoal é formado do infinitivo impessoal e as desinências *-es* na segunda pessoa do singular e *-mos, -des, -em* nas primeira, segunda e terceira pessoa do plural. O gerúndio substitui a desinência *-r* do infinitivo pela desinência *-ndo* e o particípio de mesma forma substitui a desinência *-r* pela desinência *-do*.<sup>84</sup> Falando sobre os verbos auxiliares e o seu emprego, o autor afirma que nas locuções verbais, formadas de um verbo auxiliar e um verbo principal, conjuga-se o verbo auxiliar e o verbo principal aparece numa das formas nominais do verbo. Os auxiliares usados com a maior frequência são *ter, haver, ser* e *estar*. Além deles, podem ser classificados como auxiliares os verbos *ir, vir* e *andar*. No caso dos verbos *ter* e *haver*, usa-se o infinitivo do verbo principal precedido da preposição *de* e exprime a obrigação ou firme intenção de realizar uma ação. Para exprimir a mesma intenção de realizar um fato, o infinitivo é empregado com o verbo auxiliar *ir*, mas neste exemplo não é antecedido da preposição. A preposição *a* é anteposta ao infinitivo principal que vem com o verbo auxiliar *vir* expressando o resultado final de um ato.<sup>85</sup>

---

<sup>82</sup> CUNHA, C. (1975) *Gramática do português contemporâneo*. p. 255.

<sup>83</sup> *Ibid.*, p. 265.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 266.

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 267. - 268.

No capítulo sobre o infinitivo flexionado e as suas características dissemos que o seu emprego provoca uma das maiores confusões na sintaxe portuguesa, o que confirmam Cunha e Cintra na sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Explicam que vários gramáticos tentaram propor as regras para esclarecer com precisão o uso do infinitivo flexionado e não flexionado, mas estas intenções mostraram-se irrealis ou insuficientes. O grande problema era que os escritores não se deixaram orientar por lógica gramatical, mas foram influenciados pela estilística, exatamente pelo ritmo da frase, pela clareza da expressão e pela ênfase do enunciado.<sup>86</sup> Por isso, os autores da *Gramática* preferem falar de tendências, não de regras, e destacar algumas. Analisando o emprego da forma não flexionada do infinitivo enumeram que é usado quando não se refere a nenhum sujeito, i.e., quando é impessoal, também quando tem valor de imperativo, quando se revela como infinitivo de narração, noutras palavras, quando tem o sentido de narração ou descrição em frase nominal de acentuado caráter afetivo. Ademais, especificam o seu emprego quando é regido da preposição *de* e desempenha a função do complemento nominal a adjetivos como *fácil, possível, bom* e outros. Como já foi mencionado na *Gramática do português contemporâneo*, é utilizado quando é antecedido da preposição *a* em locuções concebidas com os verbos *estar, andar, ficar, viver*, entre outros, e tem o valor de um gerúndio. Finalmente, o infinitivo não flexionado é empregado quando forma parte de uma locução e não está distanciado do verbo auxiliar e quando depende dos auxiliares causativos ou sensitivos e é colocado imediatamente depois desses verbos ou apenas apartado deles por seu sujeito, exprimido por um pronome oblíquo.<sup>87</sup>

Ainda numeram os empregos da forma flexionada de infinitivo. O infinitivo é flexionado quando tem sujeito propriamente expresso, quando alude a um agente que não é exprimido e que se quer revelar pelo uso da desinência verbal, quando assinala a indeterminação do sujeito na terceira pessoa do plural e quando se quer conceder à frase maior harmonia ou ênfase. Para todos esses empregos oferecem os exemplos. Concluem essa parte com a observação que o infinitivo flexionado é mais usado no português europeu que no português do Brasil, por causa da ausência do uso de segunda pessoa de singular *tu* e do predomínio da terceira pessoa do singular *você*

---

<sup>86</sup>CUNHA, C., LINDLEY CINTRA, L. F. (2005) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. p. 482.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 482. - 484.



na maior parte do Brasil, e que o seu uso é seletivo, pertence mais ao campo da estilística do que da gramática.<sup>88</sup>

Notamos que as duas gramáticas apresentadas neste capítulo têm vários elementos em comum, mas que a gramática publicada mais recente, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, é organizada melhor, quando falarmos sobre o nosso objetivo do estudo, e que trata de se focar mais no emprego do infinitivo flexionado do que na sua formulação, como é o caso da *Gramática do português contemporâneo*. No capítulo seguinte procederemos com uma gramática ainda mais contemporânea do que essas duas gramáticas, chamada *Gramática do português* e publicada em 2013.

---

<sup>88</sup> *Ibid.*, p. 485. - 487.

## Gramática do português

Os dois primeiros volumes da *Gramática do português* foram publicados em 2013 pela Fundação Calouste Gulbenkian. Essa obra é dividida em três partes, mas a terceira ainda está em preparação. Foram necessários 13 anos para que 40 professores e investigadores de 12 diversas universidades portuguesas e estrangeiras levassem a cabo os primeiros dois volumes. A publicação do terceiro volume foi prevista para o ano 2015, mas sendo agora o ano 2018, é obvio que este objetivo não foi atingido. Com cerca de 2400 páginas essa *Gramática* descreve meticulosamente a versão europeia do português contemporâneo, mas também abarca o tema das variedades regionais portuguesas e do português do Brasil, de Angola e de Moçambique, do mesmo modo que as origens e evolução da língua portuguesa. É dividida em cinco grandes partes que são história e geografia do português, léxico, sintaxe e semântica, morfologia e a última parte de fonética e fonologia.

O volume I contém as partes 1 e 2 e o início da parte 3, isto é, as partes com a elaboração do história e geografia do português, léxico e uma parte de sintaxe. O volume II trata a terceira parte, mais extensa da *Gramática*, dedicada aos fenómenos sintácticos e semânticos. Essa parte é separada em nove blocos marcados por letras maiúsculas. O bloco A inclui a organização geral da frase, o bloco B as questões semânticas, exatamente o aspeto, a modalidade, o modo e o tempo e o bloco C as sintagmas nominais, verbais, adjetivais, preposicionais e adverbiais. Os primeiros dois blocos e a primeira parte do bloco C ainda pertencem ao volume I. O resto do bloco C e os blocos D, E e F fazem parte do volume II. O bloco D, que será explicado mais detalhadamente, porque contém a análise do infinitivo flexionado, descreve a organização textual e as frases compostas por mais do que uma oração, o bloco E trata as estruturas sintáticas e o bloco F é dedicado aos fenómenos de omissão de pronomes e da elipse de alguns componentes. Enfim, o volume III apresenta os blocos G, H e I e as partes 4 e 5, nas quais se descrevem morfologia, fonética e fonologia. No bloco G da sintaxe discutem-se fenómenos de concordância verbal e nominal, o bloco H aborda os aspetos linguísticos que se colocam na fronteira entre a sintaxe, a

pragmática e a semântica e o bloco I é dedicado aos contrastes gramaticais entre o português europeu e o português do Brasil.<sup>89</sup>

Neste capítulo procederemos à apresentação do bloco D da sintaxe, nomeadamente com a parte deste bloco que descreve o infinitivo flexionado. É explicado que no português o infinitivo pode ter uma forma com flexão, denominada infinitivo flexionado, que se diferencia da forma sem flexão, chamada infinitivo não flexionado. Adiciona-se que várias vezes na *Gramática* é usado o termo informal “infinitivo simples” para o infinitivo não flexionado. O infinitivo flexionado é reconhecido por ter “marcas de concordância em pessoa e número com o sujeito da oração em que ocorre”.<sup>90</sup> As construções de infinitivo flexionado possuem um estatuto oracional e são designadas como as orações de infinitivo flexionado. Mostraremos alguns exemplos usados na *Gramática* para realçar que o sujeito dessas orações pode ser um sintagma nominal realizado foneticamente com um núcleo nominal, o que veremos no primeiro exemplo, ou com um núcleo pronominal, ilustrado no segundo exemplo.

- a. Eu lamento [os *meus pais* terem insultado a professora].
- b. Eu lamento [*tu* teres insultado a professora].<sup>91</sup>

É possível que o sujeito seja um pronome pessoal nulo, demonstrado pela notação “[-]” no terceiro exemplo, e no último exemplo é usado o infinitivo não flexionado para fazer uma comparação, visto que o verbo usado nessas orações, *lamentar*, pode escolher as duas formas.

- c. Eu lamento [[-] {terem/termos} insultado a professora].
- d. Os alunos lamentam [ter insultado a professora].<sup>92</sup>

As desinências que são ajuntadas ao infinitivo para formar o tipo flexionado são adicionadas ao morfema *-r* do infinitivo. A primeira e a terceira pessoa do singular não obtêm as desinências, noutras palavras, são morfologicamente nulas. A segunda pessoa do singular tem a desinência *-es*, a primeira pessoa do plural usa a desinência *-mos*, a segunda pessoa do plural há a desinência *-des* e a desinência *-em* é usada na terceira pessoa do plural. Por outro lado, as estruturas com o infinitivo não flexionado ou simples não permitem acolher como sujeito um pronome nulo ou um

---

<sup>89</sup> PAIVA RAPOSO, E.B., BACELAR DO NASCIMENTO, M. F., COELHO DA MOTA, M. A., SEGURA, L., MENDES, A. (2013) *Gramática do português: volume I*. p. XXVIII. - XXIX.

<sup>90</sup> PAIVA RAPOSO, E.B., BACELAR DO NASCIMENTO, M. F., COELHO DA MOTA, M. A., SEGURA, L., MENDES, A. (2013) *Gramática do português: volume II*. p. 1904.

<sup>91</sup> *Ibid.*

<sup>92</sup> *Ibid.*

sujeito realizado foneticamente. Consequentemente, o infinitivo não flexionado é nominado infinitivo não pessoal ou impessoal, e o infinitivo flexionado, por a possibilidade de admitir um sujeito formado por um pronome nulo ou um sintagma nominal realizado foneticamente, é denominado infinitivo pessoal.<sup>93</sup>

Como foi apontado, a primeira e a terceira pessoa do singular do infinitivo flexionado não têm as desinências e são marcadas pela flexão zero, o que pode provocar a possível ambiguidade com o infinitivo não flexionado que mostra a ausência total de morfologia flexional. Podemos encontrar-nos frente a uma estrutura infinitiva que não contém sujeito explícito e em que o núcleo verbal não tem características visíveis de flexão. Nessa situação não é possível determinar de maneira automática se o infinitivo é flexionado ou não flexionado. Na *Gramática do português* são oferecidas duas estratégias para resolver essa ambiguidade:

Primeiro, ver se é possível incluir na estrutura infinitiva um sujeito formado por um sintagma nominal foneticamente realizado e, sendo este um pronome, na forma nominativa; segundo, ver se é possível mudar a pessoa/número do verbo de modo a obter uma combinação com marcas de flexão visíveis. A resposta é positiva em ambos os casos, como se ilustra em (8b,c) e (8d), respetivamente:

- (8) a. É um alívio *encontrar-te de boa saúde*.  
b. É um alívio *eu encontrar-te de boa saúde*.  
c. É um alívio *{o médico/ele} encontrar-te de boa saúde*.  
d. É um alívio *encontrarmos-te de boa saúde*.<sup>94</sup>

É concluído que na frase 8a é presente o infinitivo flexionado sem marcas de flexão. Por outro lado, numas frases não é possível colocar um sujeito foneticamente realizado na estrutura infinitiva ou mudar a pessoa ou o número na forma verbal infinitiva para conseguir uma ligação com marcas flexionais visíveis. Podemos ver a explicação nos seguintes exemplos, nos quais é notável que na primeira fase é utilizado o infinitivo flexionado.

- a. Nós desejamos encontrar-te de boa saúde.  
b. \*Nós desejamos *{eu/ele/o médico} encontrar-te de boa saúde*.  
c. \* Nós desejamos *encontrarmos-te de boa saúde*.<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup> *Ibid.*, p. 1904. - 1905.

<sup>94</sup> *Ibid.*, p. 1906.

<sup>95</sup> *Ibid.*

Os textos que incluem as construções com o infinitivo flexionado e com o infinitivo não flexionado podem provocar esse tipo das ambiguidades.

Os autores procedem com a elaboração mais detalhada do infinitivo não flexionado ou simples, posto que as estruturas com esta forma de infinitivo não aceitam um sujeito formado por um sintagma nominal foneticamente realizado, seja quando dependem de um predicador, seja quando o verbo infinitivo depende de um verbo auxiliar ou semiauxiliar.<sup>96</sup> Existem diferenças sintáticas e semânticas entre essas estruturas. As primeiras, dependentes de um predicador, expressam uma série de particularidades que levam julgá-las como se fossem orações subordinadas numa frase complexa. As segundas, que são dependentes de um verbo auxiliar ou semiauxiliar, não mostram a maioria das especificidades que são características das orações.

Neste capítulo analisamos a maioria dos marcos do infinitivo flexionado apresentados na *Gramática do português*. Ainda que não explicamos todos os aspetos elaborados, podemos notar que essa *Gramática* estuda de forma mais detalhada o fenómeno do infinitivo flexionado. É a gramática mais contemporânea dos que observamos para o nosso trabalho e foi escrita por vários autores, o que podem ser as razões da investigação tão minuciosa.

---

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 1907.

## A gramática portuguesa no italiano e no francês

Como foi anunciado no início do trabalho, um dos objetivos é fazer uma curta análise da explicação do infinitivo flexionado em outros idiomas, espanhol, francês, inglês e italiano. Começaremos por italiano e francês, posto que nessas línguas o fenômeno do que falamos é explicado em breves traços. Como o ponto de referência usamos *Grammatica elementare della lingua portoghese* de professor e linguísta italiano, Carlo Tagliavini e *Précis de grammaire portugaise* de Raymond Cantel, um notável investigador francês da língua portuguesa e da literatura popular brasileira e professor da língua espanhola.

A *Grammatica elementare della lingua portoghese* é separada em duas partes. A primeira parte é dedicada à fonética descritiva, que faz uma análise do sistema fonético português, acento, mudanças fonéticas, ortografia, sílabas, pronúncia e leitura, e a segunda parte abrange a morfologia, precisamente artigos, substantivos, nomes, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, preposições, conjunções e interjeições. No capítulo sobre os verbos, observa-se que a língua portuguesa possui sete modos que são indicativo, conjuntivo, condicional, imperativo, infinitivo, particípio e gerúndio. Explicando cada um dos modos, o autor os aparta nos tempos. Dessa maneira, para o infinitivo indica que tem um só tempo simples, o presente que há dois aspectos, um impessoal, inalterável, e um pessoal, conjugável pelas várias pessoas. Esses rasgos são quase únicos que nomeia sobre o infinitivo pessoal e impessoal. Somente menciona que o infinitivo perfeito é um tempo composto que é formado pelo infinitivo do verbo *ter* e o particípio perfeito do verbo que é conjugado, e que pode ter o aspecto impessoal ou pessoal dependendo se é utilizado o infinitivo impessoal ou pessoal do verbo auxiliar *ter*.<sup>97</sup>

Em *Précis de grammaire portugaise*, o resumo abrangente de gramática portuguesa apresentado com tópicos claros e distintos, as questões sobre o português são respondidas através de um índice muito detalhado de mais de 500 entradas. A obra é dividida nas seguintes partes, o alfabeto português, a pronúncia, o acento tônico, o artigo, o nome, os sufixos, o adjetivo, os graus de comparação, os números, os pronomes pessoais, relativos, interrogativos e indefinidos, os demonstrativos, os possessivos, os verbos regulares, as conjugações, a pronúncia dos verbos, os verbos

---

<sup>97</sup> TAGLIAVINI, C. (1938) *Grammatica elementare della lingua portoghese*. p. 145. - 147.

auxiliares e o seu uso, os verbos reflexivos, a formação do tempo, a modificação da ortografia, os verbos irregulares, os verbos com defetivos, a tabela dos verbos irregulares, o uso de modos e tempos, a preposição, a conjunção, o advérbio e os interjeições. Na parte aplicada aos modos, o autor separa o infinitivo em duas categorias, o infinitivo impessoal e o infinitivo pessoal. O infinitivo impessoal é conhecido em francês e é aquele que expressa a ação ou o estado, sem especificar o sujeito. É muitas vezes usado como o nome comum. Em princípio, todos os verbos no infinitivo podem ser antecidos pelo artigo e podem tornar-se em nomes comuns. Ademais, o infinitivo impessoal pode ser usado como imperativo. O terceiro uso mencionado nessa parte é que o infinitivo impessoal precedido de *ao* equivale ao particípio presente francês antecido da preposição *en*. Por exemplo, “ao entrar na casa” equivale a “en entrant dans la maison”<sup>98</sup> em francês. Agora, para o infinitivo pessoal, o autor afirma que é um tempo particular para a língua portuguesa e que é conjugado por seis pessoas. Sua terminação aponta o sujeito que realiza a ação. Distingue três empregos essenciais do infinitivo pessoal, *emploi logique*, *emploi affectif* e *emploi stylistique*. Às vezes é utilizado para trazer mais clareza ao significado. Também é empregado para enfatizar o que se exprime na frase ou pode ser usado por razões de variedade ou eufonia. O autor adverte que não deve ser usado o infinitivo pessoal se o seu sujeito não é igual que o sujeito do verbo principal, ainda que haja muitas exceções, nem com os verbos modais, como *parecer*, *poder*, *saber*, *querer* e outros, a menos que o verbo esteja distante ao infinitivo. Conclui-se que o infinitivo pessoal é especificidade do português e em princípio serve para a evitação do uso de conjuntivo.<sup>99</sup>

Podemos deduzir que o italiano e o francês reconheceram a importância do emprego do infinitivo flexionado e que o intentaram explicar. As gramáticas apresentadas neste capítulo não contêm uma observação muito elaborada desse fenómeno português, mas com o que foi explicado lograram esclarecer os traços mais reconhecidos do infinitivo flexionado.

---

<sup>98</sup> CANTEL, R. (1953) Précis de grammaire portugaise. p. 82.

<sup>99</sup> *Ibid.*, p. 82. - 84.

## A gramática portuguesa no inglês e no espanhol

Para poder descobrir o esclarecimento do infinitivo flexionado na língua inglesa e espanhola, usamos duas gramáticas. Na língua inglesa escolhemos a *Portuguese: An Essential Grammar* escrita por Amélia P. Hutchinson e Janet Lloyd e no espanhol *Gramática portuguesa* de Pilar Vazquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, que foi traduzida em português, mas nós usamos a versão original no espanhol.

*Portuguese: An Essential Grammar*, publicada pela primeira vez em 1996, é um guia prático para destacar os aspetos mais importantes do português moderno. Apresenta uma descrição nova e acessível da linguagem. Dividido em secções curtas e agradáveis para a leitura, o livro descreve as complexidades do português. As explicações são claras e precisas. Em toda a obra, a ênfase é no português usado por falantes nativos em todo o mundo. É adequada para estudo independente ou para estudantes em escolas, faculdades, universidades e classes de adultos de todos os tipos. Apresenta três secções, a primeira é a gramática essencial, a segunda são as funções da linguagem e a terceira é dedicada às variantes do português do Brasil. Na primeira secção, um dos capítulos trata os verbos, entre os quais, os modos dos verbos. Um dos modos é obviamente o infinitivo. Explica-se que no português existe infinitivo impessoal e pessoal. Para o infinitivo impessoal é mostrado apenas que nas quatro conjugações termina em *-ar*, *-er*, *-ir* ou *-or* e para cada conjugação é exposto um exemplo. O infinitivo pessoal é apresentado com todas as suas desinências, já que através delas é diferenciado do infinitivo impessoal. Acentua-se que nos verbos regulares o infinitivo pessoal tem a igual forma que o futuro de conjuntivo. O infinitivo pessoal é preferível nas frases quando é expressa pessoa à que se refere o infinitivo de forma mais clara. Em particular, o infinitivo pessoal é usado depois de *ao* e *para* para evitar a ambiguidade. No português coloquial o infinitivo pessoal substitui o uso de estruturas *para que + conjuntivo* e *sem que + conjuntivo*, oferecendo as mais simples estruturas *para + infinitivo pessoal* e *sem + infinitivo pessoal*.<sup>100</sup>

*Gramática portuguesa* foi publicada em 1961 e foi escrita por Pilar Vazquez Cuesta, uma filóloga e escritora galega, e Maria Albertina Mendes da Luz. É uma obra que se interessa pela história e pelas características do idioma português. Em primeiro lugar observa as noções de geografia da língua portuguesa e de história do português.

---

<sup>100</sup> P. HUTCHINSON, A., LLOYD, J. (2000) *Portuguese: An Essential Grammar*. p. 71. - 72.



Logo explica escrupulosamente a fonética, a ortografia, a morfologia e as particularidades sintáticas das palavras. É uma obra escrita em mais de 500 páginas. Uma parte das peculiaridades sintáticas das palavras é prestada ao infinitivo. Analisando o infinitivo impessoal, os principais usos enumerados são como substantivo verbal, sem referir-se a nenhum sujeito e expressando a ação em geral, em formas perifrásticas, quando o sujeito do infinitivo é determinado pelo verbo auxiliar e quando os dois não são distanciados demasiado um de outro, em as orações completivas quando o verbo principal e o infinitivo estão perto um de outro. Além disso, é empregado como imperativo em ordens rápidas e encaminhadas a um público indefinido, como infinitivo histórico ou narrativo, como complemento terminativo de um verbo, quando é regido de preposição e o verbo possui o mesmo sujeito que o infinitivo, como complemento restritivo de um substantivo ou adjetivo quando é antecedido pela preposição *de* ou *a*, como complemento circunstancial com diversas funções quando é precedido de uma conjunção ou locução. Sendo precedido da preposição *a*, pode equivaler a gerúndio. Finalmente, é utilizado quando o sujeito não é expressado em nenhuma oração que precede ao infinitivo, pero é indicado de alguma forma.<sup>101</sup>

Por outro lado, o infinitivo pessoal é aplicável quando o infinitivo tem o sujeito expresso, quando se quer destacar o sujeito do infinitivo para evitar a ambiguidade da frase, quando se quer realçar o sujeito do infinitivo por motivo de ênfase, quando se quer por em relevo o infinitivo cujo sujeito exprime as circunstâncias de causa, concessão, fim ou tempo. Igualmente é usado quando o infinitivo serve como sujeito ao verbo finito da oração anterior, quando os verbos auxiliares como *ouvir*, *ver*, *parecer*, *sentir*, não coincidem com o sujeito do infinitivo, nas orações com o infinitivo do verbo *ser* pode concordar com o atributo e com o sujeito.<sup>102</sup>

Podemos concluir que os quatro idiomas, espanhol, francês, inglês e italiano, apesar de o infinitivo flexionado não fazer parte da sua gramática, conseguiram explicá-lo e analisar as características mais importantes deste fenómeno português.

---

<sup>101</sup> VAZQUEZ CUESTA, P., MENDES DA LUZ, M. A. (1961) Gramática portuguesa. p. 490. - 492.

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 493. - 496.

## Conclusão

Cada língua deste mundo implica a existência da gramática que explica e observa as relações estruturais entre os elementos de idioma, portanto, nem a língua portuguesa é uma exceção. A primeira gramática dessa língua teve origem em 1536 e foi seguida por outras centenárias que nunca serão completadas e acabadas, já que a língua é um órgão vivo que muda todos os dias.

A primeira gramática da língua portuguesa, *Grammatica da lingoagem portuguesa*, foi escrita pelo Fernão de Oliveira e foi publicada em 1536. Essa obra representa a primeira observação e intenção da explicação dos elementos de língua portuguesa. O autor deixou uma marca notável para o português, mas na sua gramática ainda havia elementos que não foram notados e bem explicados. Quatro anos depois foi publicada *Grammatica da Lingua Portuguesa* de João de Barros. Apesar de ser mais elaborada, ainda não abrange todas as peculiaridades do português, como o fenômeno denominado infinitivo flexionado. No século XX as gramáticas contêm a explicação desse fenômeno. Todas essas gramáticas diferenciam o infinitivo flexionado, formado pelo infinitivo e as desinências, do infinitivo não flexionado ou simples, a forma sem flexão. As duas formas podem provocar ambiguidade, visto que a primeira e a terceira pessoa do singular do infinitivo flexionado não contêm as desinências e são definidas pela flexão zero e o infinitivo não flexionado revela a carência absoluta de morfologia flexional. Essa ambivalência é manifestada nas estruturas infinitivas que não têm sujeito explícito e nas quais o núcleo verbal não tem características visíveis de flexão, já que é impossível precisar imediatamente se foi usado o infinitivo flexionado ou não flexionado. Esses rasgos, junto com os outros típicos para esse fenômeno, são descritos nas gramáticas portuguesas, mas não somente na língua portuguesa, também são elaborados nas demais línguas, como espanhol, francês, inglês e italiano. Essas línguas não têm uma característica similar, por isso lhes resulta difícil explicá-la e traduzi-la.

Neste trabalho mostramos brevemente a história da gramática portuguesa com o enfoque no infinitivo flexionado. Observamos que esse fenômeno é muito complexo e que provoca dificuldades na explicação, mas, como todos os elementos da língua, é cada vez mais analisado e com cada nova gramática é melhor compreendido.

## Bibliografia

ALI, M.S. (2008) Dificuldades da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras.

BARROS, J. (1496) Grammatica da Lingua Portuguesa. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/texts/xml/b\\_002](http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/texts/xml/b_002). [cit: 24-05-2018].

CANTEL, R. (1953) Précis de grammaire portugaise. Poitiers, La Faculté des Lettres de Poitiers.

CARVALHO, C. (1984) Infinitivo flexionado. Feira de Santana, Revista Sitientibus.

CARVALHÃO BUESCU, M. L. (1988) A primeira anotação da língua portuguesa. Lisboa, Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

CASTRO, I. (1991) Curso de História da Língua Portuguesa. Lisboa, Universidade Aberta.

CUNHA, C. (1975) Gramática do português contemporâneo. Belo Horizonte, Editora Bernardo Alvares s.a.

CUNHA, C., LINDLEY CINTRA, L. F. (2005) Nova Gramática do Português Contemporâneo. Lisboa, Edições João Sá da Costa.

Infopedia. Grupo Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/mirandês>. [cit: 20-06-2018].

José Joaquim Nunes. Instituto Camões. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/jjnunes.html>. [cit: 23-05-2018].

Manuel Said Ali Ida. Instituto Camões. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/saidali.html>. [cit: 23-05-2018].

MIRA MATEUS, M. H., FALÉ, I., FREITAS, M. J. (2005) Fonética e fonologia do português. Lisboa, Universidade Aberta.

MORAIS, C. (2009) Fernando Oliveira: Um Humanista Genial. Aveiro, Universidade de Aveiro.

NUNES, J. J. (1951) Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia). Lisboa, Livraria Clássica Editora.

OLIVEIRA, F. (2000) Gramática da linguagem portuguesa, edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção com um estudo introdutório do prof. Eugenio Coseriu. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

OTONI RIBEIRO, P. R. (2017) Tradição e Poder: A *Gramática Da Língua Portuguesa*, de João de Barros (1540). Rio Branco, Muiraquitã - Revista de Letras e Humanidades.

P. HUTCHINSON, A., LLOYD, J. (2000) Portuguese: An Essential Grammar. London, Routledge.

PAIVA RAPOSO, E.B., BACELAR DO NASCIMENTO, M. F., COELHO DA MOTA, M. A., SEGURA, L., MENDES, A. (2013) Gramática do português: volume I. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

PAIVA RAPOSO, E.B., BACELAR DO NASCIMENTO, M. F., COELHO DA MOTA, M. A., SEGURA, L., MENDES, A. (2013) Gramática do português: volume II. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SAID ALI, M. (1964) Gramática Secundária Da Língua Portuguesa. São Paulo, Melhoramentos.

TAGLIAVINI, C. (1938) Grammatica elementare della lingua portoghese. Bologna, Società generale delle messaggerie italiane di giornali, riviste e libri.

TEYSSIER, P. (1980) História da Língua Portuguesa. São Paulo, Martins Fontes,

VAZQUEZ CUESTA, P., MENDES DA LUZ, M. A. (1961) Gramática portuguesa. Madrid, Editorial Gredos.

VIDEIRA LOPES, M. C. (2015) A Cons-Ciência da Linguagem. Évora, Universidade de Évora.